

OS EXUBERANTES ANOS 90 CONSELHOS PARA LULA E PALOCCI

Resenha do livro *Os exuberantes anos 90: uma nova interpretação da década mais próspera da história*, de J. E. Stiglitz

Companhia das Letras, São Paulo, 2003, 400 p.

Hoje, em toda América Latina há desilusão com as políticas pelas quais os EUA e o FMI pressionaram. (...) Os padrões de voto têm refletido essa desilusão: a eleição de um suposto esquerdista, Luis Inácio Lula da Silva, no Brasil, com impressionante apoio popular, reflete uma demanda por mudanças na política econômica. (p. 246)

*André de Melo Modenesi**

Joseph Stiglitz cumpre, brilhantemente, seu objetivo em *Os exuberantes anos 90*, qual seja: realizar, na condição de cientista social, uma “*interpretação* para nos ajudar a entender” o que, na *década mais próspera da história* (os anos 1990), “deu errado” — na economia americana, e também na mundial, em função do processo de globalização econômica e das idéias —, para, a partir daí, se “tentar consertar”.

Não se limita a uma análise econômica do processo de criação e reversão da *exuberância irracional*, e de eventos correlatos, como os escândalos contábeis — em que se destacam os casos da Enron e da Xerox — possibilitados pelo excesso de desregulamentação resultante do desequilíbrio entre o Estado e o mercado, em período em que “as finanças reinaram absolutas”. Trata-se de verdadeira *sociologia* da Nova Economia, que revela a influência das relações de poder — destacando, com muita propriedade, que o mercado financeiro é um grupo de interesse como qualquer outro — e da ideologia na definição das políticas econômicas.

* Pesquisador e doutorando do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Autor de *Regimes monetários: teoria e a experiência do real*. Editora Manole, 2005.

Sua análise é solidamente fundamentada: seu currículo lhe confere visão privilegiada da inter-relação entre os agentes econômicos, os atores sociais e os grupos de interesse nos processos decisórios de formulação da política econômica. É professor e pesquisador há 35 anos (primeiro na Universidade de Stanford e hoje em Columbia) e ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 2001; foi membro e presidente do Conselho de Consultores Econômicos que, com o Tesouro e o Departamento de Administração e Orçamento, formulavam a política econômica do governo Clinton (1993-1997) e economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial (1997-2000). Apesar de voltada para o público em geral — a fim de entender como questões econômicas afetam sua vida —, e de usar teorias complexas de forma acessível (mas sem realizar qualquer “supersimplificação”), a obra também interessa ao leitor especializado.

Merece destaque o capítulo 11, “Desmascarando os mitos”. Nele o autor *desconstrói* uma série de mitos que foram *universalmente* impostos pelos EUA — dada sua influência nas instituições econômicas internacionais, sobretudo o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio — como verdades supremas.

Como ressalta Stiglitz, alguns desses mitos, que consubstanciam o chamado *consenso de Washington*, viraram verdadeiro mantra repetido à exaustão mundo afora: (i) a redução do déficit público pode reverter uma recessão econômica — o que é um absurdo: “no curto prazo, os déficits podem ser absolutamente essenciais para a saída de uma recessão, e os custos econômicos e sociais de prolongar uma recessão são enormes, muito maiores do que os custos associados ao aumento do déficit” (p. 281); (ii) os mercados são conduzidos pela *mão invisível* — que assegura que o livre jogo entre oferta e procura resulta em um equilíbrio eficiente — e o bem geral é promovido pela busca do interesse particular, como propôs Adam Smith no século XVIII — o que não é verdade: “A competição nem sempre conduz a resultados eficientes” (p. 285); (iii) o que é bom para o mercado financeiro é bom para os EUA e para o resto do mundo — o que é, no mínimo, extremamente ingênuo: “os mercados financeiros não são a fonte da sabedoria; o que é bom para Wall Street pode ou não ser bom para o resto da sociedade; e os mercados financeiros são míopes (p. 286-287)”; (iv) o Estado deve ser mínimo — o que é uma falácia, pois um Estado minimalista não é capaz de promover um bom desempenho econômico e o bem-estar social, pois ele

desempenha “papel importante, embora limitado, não apenas nas correções das falhas e limitações do mercado, mas também na busca por justiça social” (p. 11); e (v) o capitalismo americano é um modelo de organização socioeconômica a ser adotado pelo resto do mundo — o que causa arrepios a qualquer um que tenha a mínima noção de antropologia social: “O sistema econômico americano tem enormes méritos, mas não é o único que funciona; outros sistemas podem funcionar melhor para outras nações” (p. 289). Ele conclui que a crença cega nesses mitos explica boa parte do que deu errado e, pois, se deve consertar. Não apenas nos EUA. Isto é particularmente relevante para nós brasileiros que parecemos estar historicamente condenados a copiar tudo o que é feito (pensado, pregado, ou praticado) nos países desenvolvidos, a despeito do oceano de peculiaridades que nos separa.

Assim, são dados conselhos que parecem até endereçados ao governo do presidente Lula, sobretudo ao ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que tem sido vítima das armadilhas da política econômica: “Um país que se sujeita exclusivamente à disciplina dos mercados financeiros se expõe ao perigo” (p. 287). Soa como se advertisse: Ministro, em economia tudo tem o seu custo, isto é, há sempre *trade-offs*; um superávit primário de 5% do PIB é excelente para Wall Street e para a Av. Paulista também, mas não é tão bom assim para o resto do país, não...

Enfim, Stiglitz desenvolve com maestria aquilo que ele considera um dos temas centrais do livro que, por sua vez, não é menos importante para nós: mostrar que os EUA impõem para o mundo uma visão peculiar do papel do Estado e da forma de organização socioeconômica que, muitas vezes, não é adotada ou praticada naquele país. Em suas palavras: “As idéias que os EUA empurram para o mundo são bem diferentes daquelas que praticam em casa” (p. 19). Para o público em geral, isso pode parecer inusitado; para o leitor especializado, talvez não — ainda que muitos acadêmicos e *policy-makers* de plantão insistam em ignorar esse fato. Mas o que realmente surpreende é *ouvir* isso de uma personalidade americana com a autoridade de Joseph Stiglitz.

Além de denso, bem escrito e bem traduzido, o livro tem uma mensagem especialmente relevante para os brasileiros: já é passada a hora de encontrarmos o nosso *próprio* caminho. Trata-se de um livro que vale a pena ler; recomendação não apenas para economistas, mas também sendo indicado para o público geral.